

ARTIGO**MEMÓRIA SILENCIADA: O IMPACTO DA CENSURA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL****SILENCED MEMORY: THE IMPACT OF CENSORSHIP ON UNIVERSITY LIBRARIES DURING THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL****BEATRIZ CARVALHO DA SILVA MICHELASSI¹****JULIANA CARDOSO DOS SANTOS²****RESUMO**

Este artigo analisou o impacto da ditadura militar brasileira (1964–1985) sobre as bibliotecas universitárias públicas das regiões Sul e Sudeste do Brasil, com ênfase na censura imposta pelo regime e suas consequências para a preservação da memória e o acesso à informação. O objetivo foi investigar, com base na literatura, como essas instituições enfrentaram as restrições autoritárias e de que forma suas ações influenciaram a memória coletiva. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada na análise de quatro estudos: Rodrigues (2020, 2016), Lima (2016) e Chaffe (2009). Os resultados revelam que a censura moldou o funcionamento das bibliotecas, restringindo o acesso ao conhecimento e promovendo a exclusão de obras consideradas contrárias ao regime. No entanto, também foram identificadas estratégias sutis de resistência, como a preservação discreta de livros censurados e práticas catalográficas que desafiavam, ainda que de forma velada, a narrativa oficial do regime. Conclui-se que, mesmo em contextos autoritários, as bibliotecas atuaram como espaços simbólicos de resistência, reafirmando seu papel na preservação da memória coletiva e na defesa da liberdade intelectual.

Palavras-chave: Ditadura Militar; bibliotecas universitárias; censura; memória.

ABSTRACT

This article analyzed the impact of the Brazilian military dictatorship (1964–1985) on public university libraries in the South and Southeast regions of Brazil, with an emphasis on the censorship imposed by the regime and its consequences for the preservation of memory and access to information. The objective was to understand how these institutions faced authoritarian restrictions and how

1. Mestranda bolsista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (2025-2027). Graduada em Biblioteconomia (2021-2025) pela Universidade Estadual de Londrina.

2. Pós-Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília - Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação, 2007, 2019. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2003. Graduanda em Arquivologia (Uniassevi, 2022).

their actions influenced collective memory. The research adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on the analysis of four studies: Rodrigues (2020, 2016), Lima (2016) and Chaffe (2009). The results reveal that censorship shaped the functioning of libraries, restricting access to knowledge and promoting the exclusion of works considered contrary to the regime. However, subtle strategies of resistance were also identified, such as the discreet preservation of censored books and cataloging practices that challenged, albeit in a veiled manner, the official narrative of the regime. It is concluded that, even in authoritarian contexts, libraries acted as symbolic spaces of resistance, reaffirming their role in preserving collective memory and defending intellectual freedom.

Keywords: Military dictatorship; university libraries; censorship; memory.

1 INTRODUÇÃO

Durante o período da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, as bibliotecas, especialmente as universitárias, foram profundamente afetadas pelos mecanismos de censura, repressão política e restrição ao livre acesso à informação.

Para compreender a relevância dessas instituições no contexto histórico mencionado é necessário destacar que bibliotecas, assim como os museus e os arquivos passaram a ser entendidas como lugares de memória, pois “[...] guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um país [de um período]” (Monteiro; Carelli; Pickler, 2008, local. 1). Historicamente, o ser humano tem usado esses espaços para preservar os registros das civilizações e salvaguardar a memória escrita, como afirma Matos (2006 *apud* Monteiro; Carelli; Pickler, 2008, local. 1), ao considerar que “[...] livro e bibliotecas dizem respeito à criação de um espaço comum para a apreensão e preservação da memória escrita, das aventuras, pensamentos e das suas experiências”.

Nesse sentido, no contexto autoritário da ditadura militar, marcado pela supressão de liberdades e pelo controle ideológico do conhecimento, a censura tornou-se um instrumento central do Estado, afetando diretamente esses lugares de memória. Bibliotecas, arquivos, museus entre outras unidades de informação foram impactados por medidas que incidiram sobre publicações, documentos, jornais e acervos bibliográficos, com o objetivo de neutralizar a circulação de ideias contrárias ao regime e restringir o direito à informação.

A compreensão dos efeitos desse período sobre a memória coletiva depende

também da análise das formas como os acontecimentos foram lembrados ou silenciados ao longo do tempo. De acordo com Ribeiro, Gomes e Frota (2023), a construção da memória coletiva sobre a ditadura militar foi mediada por diferentes narrativas sociais, elaboradas por grupos que buscaram resgatar e reinterpretar experiências vividas. Tais narrativas são fundamentais para entender como eventos traumáticos permanecem vivos ou são ocultados na história social.

Nesse debate, destaca-se a contribuição de Halbwachs (2003) ao distinguir memória coletiva e individual: a primeira refere-se as lembranças compartilhadas por grupos sociais, enquanto a segunda está relacionada às vivências pessoais. Embora se interliguem essas formas de memória operam sob lógicas distintas. A memória coletiva, ao incorporar memórias individuais, ressignifica os eventos dentro de um repertório social mais amplo, conferindo-lhes novos sentidos históricos. É nesse contexto amplo que a pesquisa busca investigar os efeitos da censura nas bibliotecas universitárias, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Apesar da crescente produção acadêmica sobre o regime militar, ainda são escassas as investigações que examinem de maneira sistemática os mecanismos de censura, repressão política e restrição ao livre acesso à informação no âmbito das bibliotecas universitárias.

Sendo assim, essa lacuna fundamenta a presente pesquisa, cuja pergunta orientadora é: de que forma as bibliotecas universitárias dessas regiões responderam às políticas de censura durante o regime militar, especialmente no que tange ao acesso à informação e à preservação da memória?

Diante disso, este estudo tem como objetivo investigar, com base na literatura, como essas instituições enfrentaram as restrições autoritárias e de que forma suas ações influenciaram a memória coletiva, com ênfase nas restrições impostas ao acesso à informação e nas estratégias adotadas para a preservação da memória.

Ao explorar a intersecção entre censura, acesso à informação e memória, busca-se contribuir para a reflexão crítica sobre o papel das bibliotecas universitárias em contextos de repressão, destacando sua responsabilidade na mediação do conhecimento e na resistência simbólica à supressão da memória.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa adotou uma metodologia de caráter qualitativo, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada em uma

revisão bibliográfica que forneceu uma base teórica sólida sobre a censura e o contexto histórico do regime militar no Brasil. A partir dessa revisão, com base nos textos de Rodrigues (2020, 2016), Lima (2016) e Chaffe (2009) foram analisadas as respostas das bibliotecas universitárias públicas das regiões Sul e Sudeste do país às políticas de censura impostas pelo regime. Além disso, buscou-se compreender o impacto dessas ações na construção da memória coletiva desses espaços.

Sendo assim, além desta introdução, o artigo está organizado nas seguintes seções: Contexto histórico do regime militar no Brasil; Censura durante a ditadura militar nas bibliotecas; Bibliotecas como espaço de memória; Metodologia; Análise e discussão dos resultados; e Considerações finais.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO REGIME MILITAR

Considerada por muitos como um dos capítulos mais sombrios da história do país e por outros como um período de paz e prosperidade, especialmente pelo progresso econômico, a ditadura deixou profundas marcas na sociedade brasileira, que perduram até hoje, influenciando desde os debates políticos até as relações sociais e institucionais.

Nos anos que antecederam o golpe de 1964, o sistema político brasileiro estava passando por uma sequência de crises que fragilizaram a democracia e abriram espaço para a articulação golpista. A eleição de Jânio Quadros, em 1960, ocorreu em meio a uma campanha fortemente marcada pelo moralismo e pela promessa vaga de “combater a corrupção”, simbolizada pela vassoura que se tornou marca de sua candidatura. Embora tivesse respaldo de amplos setores conservadores, Jânio governou por poucos meses, acumulando medidas contraditórias e de forte apelo midiático. Sua renúncia inesperada, em agosto de 1961, foi interpretada por muitas análises como uma tentativa calculada de retornar ao poder com autoridade ampliada, manobra que fracassou, pois não houve mobilização popular pela sua volta (Netto, 2014).

Com a renúncia, emergiu uma disputa aberta sobre a sucessão presidencial. Embora a Constituição determinasse a posse do vice, João Goulart, setores conservadores especialmente a cúpula militar já envolvida em conspirações antidemocráticas, tentaram impedir que Jango assumisse. A reação popular foi intensa, liderada por Leonel Brizola a partir do Rio Grande do Sul, mobilizando trabalhadores, rádios e parte das Forças Armadas em defesa da legalidade. A solução negociada, porém,

restringiu os poderes do novo presidente: Jango só tomou posse sob um regime parlamentarista improvisado, que representou um “golpe branco”, já antecipando a crescente ofensiva que resultaria no golpe de 1964 (Netto, 2014).

Segundo Netto (2014) a ofensiva golpista se intensificou no início de 1964 com o discurso realizado por Jango reafirmando apoio aos militares de baixa patentes das Forças Armadas e denunciando o financiamento nacional e estrangeiro da conspiração, serviu de pretexto para que generais ligados à direita precipitassem o movimento militar. Quando tropas se moveram sem coordenação central, Jango resistiu às exigências de que rompesse com sindicatos e movimentos sociais. Entretanto, seu dispositivo militar mostrou-se incapaz de sustentá-lo.

Sem apoio suficiente dos comandos militares para garantir a legalidade, Jango deslocou-se ao Sul, onde Brizola defendia a continuidade da resistência. Ainda assim, avaliou que não havia condições reais de enfrentamento. Exilou-se poucos dias depois, e o golpe consolidou-se rapidamente. A resistência popular, desarmada e sem respaldo das principais unidades militares, não conseguiu impedir a ruptura institucional (Netto, 2014).

Corroborando com o pensamento do autor supracitado, Lima (2016) esclarece que o golpe militar no Brasil foi instalado com o apoio de diversos setores da sociedade, incluindo civis, empresários, mídia, líderes religiosos, instituições, corporações multinacionais e o governo dos Estados Unidos, que temiam as reformas estruturais propostas pelo governo de João Goulart. Foi um regime de caráter nacionalista e autoritário que se iniciou com um golpe civil e militar que retirou do governo o presidente eleito João Goulart, e perdurou por vinte e um anos. Durante esse período, o governo militar implementou uma série de atos legais e reestruturou instituições para consolidar suas diretrizes nos campos político, econômico, social e cultural.

Netto (2014) chama a atenção que a derrubada de Jango não decorreu de fraqueza pessoal, mas do fato de ele representar um projeto reformista democrático e nacionalista num momento em que a elite brasileira rejeitava qualquer transformação estrutural. Assim, a conjunção entre grandes grupos empresariais, latifúndio e setores militares, apoiados pela lógica da Guerra Fria, levou à instalação da ditadura militar que governaria o país de 1964 a 1985.

Nesse contexto, os militares assumiram efetivamente o controle do Estado brasileiro,

e os cinco generais que exerceram a presidência da República (Humberto de Alencar Castelo Branco; Arthur da Costa e Silva; Emílio Garrastazu Médici; Ernesto Geisel e João Figueiredo) utilizaram as leis, os direitos e as instituições brasileiras para concretizar seus objetivos e planos, que frequentemente resultaram na violação de direitos humanos (Matos, 2021).

De acordo com Costa (2016), após o golpe de 1964, o Brasil vivenciou o chamado Milagre Econômico, um período de crescimento econômico sem precedentes na história do país. Com todas as vozes divergentes silenciadas, a sensação de segurança e o apoio governamental, as elites industriais se sentiram encorajadas a investir sem receio. Entre 1968 e 1973, o Produto Interno Bruto brasileiro registrou um crescimento médio de 11% ao ano, algo até então inédito. Esse milagre, no entanto, foi sustentado pelo endurecimento do regime militar, que trouxe a estabilidade necessária para atrair investidores, tanto nacionais quanto internacionais. Com a ameaça do comunismo e do populismo afastada, bilhões de dólares foram injetados no país por investidores estrangeiros.

Outro ponto negativo do milagre econômico, que se estendeu além do período, foi a grande disparidade entre o crescimento econômico e a estagnação ou abandono dos programas sociais por parte do Estado. O Brasil acabou se destacando no cenário internacional por seu potencial industrial, mas, ao mesmo tempo, apresentou indicadores alarmantemente baixos em áreas como saúde, educação e habitação, refletindo uma baixa qualidade de vida para a população (Fausto, 2018).

A queda do regime instaurado em 1964 deu-se por diversas causas, incluindo a divisão entre as forças armadas, o término do 'milagre econômico', que resultou na estagnação do crescimento e a possibilidade de consumo das classes médias, levando o aumento da dívida externa, e as intensas manifestações populares em favor da democracia. Além das denúncias sobre os crimes cometidos durante o período (Wasserman, 2004 *apud* Chaffe, 2009).

O regime militar deixou uma série de problemas duradouros que ainda impactam fortemente a vida nacional. Conforme apontado por Soares (2004, p. 33 *apud* Chaffe, 2009), entre os principais problemas, destacam-se:

O atraso no desenvolvimento das instituições democráticas; b) o agravamento das desigualdades sociais decorrente do modelo de desenvolvimento posto em prática pela ditadura, fundado no arrocho salarial e na repressão em geral aos

movimentos populares reivindicatórios; c) a postergação do encaminhamento da solução dos problemas sociais básicos; d) a colossal e aparentemente impagável dívida externa do país e a contrapartida desta, ou seja, a elevada dívida pública interna; e e) duas 'décadas perdidas' para o desenvolvimento da economia nacional, como resultado, em grande medida, desse endividamento.

É nessa circunstância desafiadora que as bibliotecas brasileiras atuaram durante o período da ditadura militar. Enfrentando o dilema complexo de conciliar seu compromisso com a disseminação do conhecimento com as severas restrições impostas pelo regime autoritário. Nesse contexto histórico desafiador, as bibliotecas brasileiras enfrentaram um problema significativo: como garantir o acesso à informação e preservar a memória em um ambiente de censura e repressão?

3 CENSURA DURANTE A DITADURA MILITAR NAS BIBLIOTECAS

De acordo com Quinalha (2020), a censura sempre envolve uma dimensão política, pois seu próprio objetivo é bloquear a circulação de certas ideias e limitar a liberdade de expressão, favorecendo a imposição de uma interpretação única sobre temas que deveriam transparecer múltiplas perspectivas. Além disso, quando a censura se relaciona a normas morais ou a comportamentos sociais, ela também atua como mecanismo de controle, regulando condutas, restringindo liberdades individuais e enquadrando corpos e identidades que fogem ao padrão dominante. Nesse sentido, tanto a censura política quanto a moral funcionam como formas de disciplinamento e de contenção das subjetividades.

Nesse contexto de controle autoritário, no qual a censura servia tanto a interesses políticos e militares quanto à regulação moral e social da população, torna-se evidente que seus mecanismos não se limitavam à repressão direta, mas se desdobravam em diferentes estratégias de vigilância e limitação das ideias consideradas ameaçadoras ao regime. Por isso, compreender como a censura se manifestava em instituições culturais, como bibliotecas, ajuda a perceber a amplitude desse sistema repressivo e as múltiplas formas pelas quais o Estado e outros agentes buscavam restringir o acesso à informação.

Segundo Vergueiro (1987, p. 22), “[...] a censura é exercida em termos políticos, religiosos ou morais, constituindo as ofensas, respectivamente, de traição, heresia ou obscenidade”. Concernente a esta definição, Vergueiro (1987), diz que no âmbito das bibliotecas a censura pode ser exercida de três formas, segundo categorização de Evans: a) legal ou governamental; b) pressão individual ou de

grupo; e c) autocensura.

Segundo o autor supracitado, “[...] é muito mais fácil lidar com os dois primeiros tipos de censura do que com o terceiro, pois naqueles existem apenas duas alternativas: ou se luta contra a censura ou se compactua com ela” (Vergueiro, 1987, p. 24). A questão da autocensura é bastante complexa, pois, além das pressões sociais e políticas que frequentemente a impõem, também há o aspecto do próprio bibliotecário que, muitas vezes sem perceber, se autoimpõem limites para evitar possíveis controvérsias.

Parafraseando Vergueiro (1987), a definição mais precisa de censura, no contexto das bibliotecas, pode ser conceituada como o ato de suprimir a inclusão de um livro (ou outro material) por parte de uma autoridade bibliotecária. Tal supressão ocorre quando o bibliotecário, a Comissão de Biblioteca ou pessoas e grupos, após serem submetidos a pressões externas, argumentam que o material em questão é considerado obsceno, perigosamente radical, subversivo ou excessivamente crítico em relação aos valores sociais vigentes.

Diante dessa definição, podemos dizer que o ódio e a demonização sobre os livros não se direcionam pelo seu físico, mas sim ao poder que ele representa: o acúmulo de conhecimento. O livro simboliza “poder” e esse saber foi visto como um sinal de fortuna e riqueza que deveria estar restrito à elite. Quando os livros e as ideias neles contidas deixam de ser exclusivos das elites, eles passam a ser demonizados, pode haver um temor de que a população em geral seja influenciada pelas ideias e palavras presentes nesses livros (Nascimento, 2018).

Por essa razão, a destruição de um livro cogita eliminar a memória e o patrimônio de ideias de uma cultura inteira que ele representa. Esse ato é realizado com a intenção de erradicar qualquer coisa vista como uma ameaça, direta ou indireta, a um valor considerado superior (Baéz, 2006).

[...] esse vínculo poderoso entre livro e memória faz com que um texto deva ser visto como peça-chave do patrimônio cultural de uma sociedade e, certamente, de toda a humanidade. É interessante observar que a palavra patrimônio vem do grego e alude ao pai e ao verbo moneo, que se traduz como ‘fazer saber, fazer recordar’. [...] o patrimônio tem capacidade de promover um sentimento de afirmação e pertencimento, pode sustentar ou estimular a consciência de identidade dos povos em seu território; é como uma carteira de identidade que permite preservar ações culturais propícias à integração. Um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de ideias de uma cultura inteira. Faz-se a destruição contra tudo o que se considera

ameaça direta ou indireta a um valor considerado superior (Baéz, 2006, p. 18-19).

Portanto, ao restringir a circulação de ideias, a censura tornou-se um aliado fundamental dos governos autoritários e um poderoso instrumento de repressão, visando eliminar a diversidade de pensamentos e silenciar grupos que se opõem ao sistema político vigente. Essa forma de censura se manifesta através da imposição de normas ou ideologias específicas, que determinam quais materiais estarão disponíveis ao público. Isso limita não apenas o acesso, mas também a diversidade de perspectivas e informações disponíveis para os usuários da biblioteca.

Consta-se que a censura imposta durante a ditadura militar possa ter prejudicado os acervos das bibliotecas. Existem registros de que livros foram censurados, e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) junto ao Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro elaboraram uma lista de obras que não deveriam ser publicadas ou distribuídas. Oficiais enviaram instruções a diretores e chefes de bibliotecas para remover e revisar livros específicos censurados (Lima, 2016).

Sob esse ponto de vista, Chaffe (2009) afirma que as bibliotecas universitárias costumam deter o conhecimento produzido no país, o que as torna alvos preferenciais para governos autoritários. Isso ocorre porque o que é novo e desconhecido tende a gerar receio e desconfiança, uma vez que é através do conhecimento que se abre caminho para a transformação tanto humana quanto social.

A análise da censura imposta às bibliotecas durante a ditadura militar revela como o controle sobre o acesso ao conhecimento foi uma estratégia fundamental para a consolidação do poder autoritário. As bibliotecas, como fontes de informação e consequentemente, espaços de debate intelectual, tornaram-se alvos de políticas repressivas que visavam não apenas silenciar vozes críticas, mas também moldar a memória coletiva e a percepção da realidade.

4 BIBLIOTECAS COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA

Durante o governo militar, as bibliotecas não foram apenas instituições de preservação de conhecimento e memória, mas também se tornaram alvos de censura e controle estatal. A ditadura militar buscava controlar a disseminação de informações e oprimir quaisquer ideias contrárias aos interesses do governo. Como resultado, houve uma intensa vigilância sobre os acervos dessas instituições,

e muitos documentos e livros foram censurados ou destruídos.

Nesse contexto, as bibliotecas assumiram um papel paradoxal: ao mesmo tempo que eram espaços de resistência, guardando materiais censurados, também eram forçadas a se alinhar às diretrizes do regime, limitando o acesso a determinadas informações. Assim, as bibliotecas, como espaços de memória, desempenharam um papel crucial na preservação de fragmentos de um passado que o regime tentou apagar, sendo essenciais para a conservação de uma memória coletiva que resistiu ao esquecimento imposto pela ditadura.

Castro (2006), destaca a importância das bibliotecas como espaços fundamentais para a preservação da memória e do conhecimento. Segundo ele:

[...] biblioteca é um lugar de memória e espaço de armazenamento das materialidades textuais produzidas em tempos e localidades diversos e que desempenha, mesmo com todo o avanço tecnológico, o papel de guardião do conhecimento. Não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido por homens e mulheres do passado, mas de, através dele, possibilitar o acesso a um passado disforme que pode ganhar sentido nas mãos de pesquisadores, bibliotecários e leitores (Castro, 2006, p. 13).

Não obstante, Murguía (2010), diz que a biblioteca se configura como um espaço onde a leitura provoca questionamentos e a memória social oferece respostas. Os bibliotecários desempenham o papel de mediadores e guardiões dos recursos que facilitam a transição das perguntas às respostas. Na biblioteca, os livros contêm uma vontade de memória ativada pela leitura, e quando a leitura termina, essa memória retorna ao seu estado potencial.

Dentro desse contexto, a memória é o mecanismo que permite a um ser vivo revisitar o passado e estabelecer conexões com ele, enquanto continua vivendo no presente. Essa relação pode se dar com o passado pessoal, o da espécie ou o de outros indivíduos, dependendo do contexto. Mais do que apenas preservar fragmentos do passado e das diversas formas de cultura, como a escrita, oral, virtual e imagética, esses espaços (instituições) buscam recuperar e adaptar os recursos informacionais atuais como uma forma de resistência (Pomian, 2000 *apud* Murguía, 2010).

Dentro desse contexto, o bibliotecário atua simultaneamente como guardião e disseminador do conhecimento, desempenhando um papel fundamental na sociedade. Sua função é vital para promover a cultura e garantir o acesso ao

conhecimento, que acompanha o indivíduo ao longo de sua vida, permitindo a transformação desse saber e sua transmissão para as futuras gerações (Chaffe, 2009).

Considerando que a biblioteca pode ser vista como um meio para promover a democratização dos direitos fundamentais e que, o bibliotecário ocupa uma posição de destaque na sociedade, é fundamental que este atue como um agente essencial na garantia desses direitos e na preservação da memória social (Bilhar, 2020). Assim,

[...] por assumir um papel social, o bibliotecário não pode esquecer que sua responsabilidade é com a sociedade do passado, do presente e do futuro. Sua função é, portanto, preservar o passado, cultivar o presente proporcionando escolhas para as próximas gerações [...] o bibliotecário deve ter disponível uma diversidade de conhecimento capaz de provocar a mais variada gama de reflexões (Leitão, 2010, p. 155).

No cenário da ditadura militar, a maioria dos bibliotecários, como grande parte da população brasileira, acabou se submetendo às imposições governamentais, movidos mais pelo medo das possíveis consequências de se opor ao regime do que por alinhamento com a ideologia oficial. Nesse sentido, Chaffe (2009, p. 28-29), conclui:

As bibliotecas acabaram por se tornar reprodutoras das ideias e premissas veiculadas pela ditadura. Foram poucas as que, de fato, foram locais de mudança, transformação para os indivíduos, e o bibliotecário, que sempre teve um papel decisivo na democratização da informação, viu-se reduzido a mero porta-voz das 'ideias, projetos e realizações' governamentais. Processo pelo qual passaram todos os intelectuais durante este período histórico, agora resta saber o que foi feito com estes livros proibidos pela censura que estavam sob a guarda desses bibliotecários.

Nesse contexto, para um profissional da informação, não é tão fácil agir contra inúmeras influências e pressões. Segundo Vergueiro (1989, p. 55 *apud* Lima, 2016, p. 111):

Não podemos considerar todos os bibliotecários neutros, conformistas e passivos à respeito da censura e do acesso à informação, pois parte da classe biblioteconômica se mobiliza na conjuntura atual, utilizando um novo espaço para se manifestar contra os inúmeros problemas sociais e políticos, posicionando-se nas redes sociais on line pela defesa de um país mais democrático e com mais bibliotecas.

Atualmente, é explícito que muitos bibliotecários se posicionam ativamente contra

a censura e lutam por uma sociedade mais democrática, utilizando plataformas online, como citado acima, para promover causas de interesse social, sobretudo ligadas à defesa da democracia e ao enfrentamento da censura. No entanto, durante a ditadura militar, a realidade era bem diferente. Naquela época, a maioria dos bibliotecários enfrentava um ambiente de intensa repressão e controle, onde o medo de repreensões por parte do governo ditatorial era constante. A resistência muitas vezes era silenciosa, e os profissionais da informação eram frequentemente forçados a conformar-se às rígidas normas e ideologias impostas pelo regime. Assim, as bibliotecas, em grande maioria, tornaram-se ferramentas de disseminação da propaganda governamental, restringindo o acesso à informação livre.

4.1 A memória como construção social

A memória social é compartilhada entre um grupo de pessoas e pode ser transmitida de uma geração para outra. Ela geralmente se desenvolve a partir de uma sequência de eventos lembrados conforme sua ordem de ocorrência, permitindo tanto o progresso quanto a retrocessão. Por meio da memória social, é possível acessar informações e reviver o passado coletivo de uma sociedade por meio de memoriais, monumentos, hinos oficiais, quadros, e obras literárias ou artísticas (Pimenta; Silva; Rangel, 2021).

Halbwachs (2004 *apud* Pimenta; Silva; Rangel, 2021) ainda destaca que a memória é fundamentada nas relações com os outros, abrangendo aspectos como linguagem, espaço, tempo, família, religião, classes sociais e tradições. Esses elementos ajudam a construir e selecionar o passado, seja por meio de processos individuais que envolvem a integração e continuidade dos grupos, ou por meio de processos coletivos que definem a identidade dos grupos sociais. Além disso, é importante notar que a memória individual pode ser incorporada à memória social, pois frequentemente reflete experiências vividas por um grupo e está ligada a uma intuição sensível.

Embora algumas abordagens teóricas como as de Halbwachs (2003) e Le Goff (2003), estabeleçam distinções entre os conceitos de memória social e memória coletiva, neste artigo ambas serão tratadas como sinônimos pois corroborando com Pollak (1989) acredita-se que ambas são construídas socialmente e envolvem disputas simbólicas sobre o passado. Ou seja, essa escolha se baseia na compreensão de que os dois conceitos tratam de lembranças construídas e compartilhadas por grupos sociais, tanto a memória social quanto a memória coletiva refletem

experiências vividas coletivamente e que ajudam a formar a identidade de uma sociedade. Por isso, neste artigo, os dois conceitos são tratados como equivalentes, pois expressam formas semelhantes de manter viva a memória de um grupo ao longo do tempo.

A memória coletiva dos anos sombrios da história do Brasil permanece presente nas instituições culturais do país, com as bibliotecas desempenhando um papel crucial na disseminação da verdade histórica. A preservação e o acesso a documentos e acervos relacionados aos crimes cometidos durante a ditadura militar são fundamentais para garantir que a verdade sobre esse período seja conhecida e discutida. Reconhecer e enfrentar esse legado é essencial para promover a transparência e assegurar o acesso democrático à informação, os quais são pilares indispensáveis para a democracia.

É relevante destacar, conforme aponta Costa (1997), que a memória desempenha um papel essencial no funcionamento das instituições, ao ser através dela que elas se reproduzem na sociedade, preservando apenas as informações úteis para seu funcionamento. Esse processo envolve uma seleção que segue regras próprias, variando de uma instituição para outra. Como as instituições estão interligadas no campo social, os limites de uma instituição se encontram nas outras. Dessa forma, as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser buscadas não apenas em materiais e fontes internas, mas também além dos limites institucionais. A memória institucional está em constante desenvolvimento, ao ser influenciada pelo passar do tempo.

Assim como os indivíduos, as instituições também possuem uma história, com um início e uma trajetória. No entanto, a memória institucional tem um caráter mais coletivo, já que a história e a função social das instituições estão intimamente ligadas à história da sociedade em que estão inseridas. Portanto, é evidente que as instituições, assim como as pessoas, têm memórias que podem ser resgatadas, o que pode auxiliar a compreendê-las melhor em seus contextos históricos (Salcedo; Lima, 2018).

Nesse sentido, é pertinente considerar a contribuição de Nora (1993), que desnaturaliza a ideia da memória como algo espontâneo ao introduzir o conceito de lugares de memória. Para o autor, a memória é um fenômeno vivo, em constante transformação, vulnerável a manipulações, esquecimentos e revitalizações. Já os lugares de memória surgem quando essa memória deixa de ser vivida diretamente,

tornando-se necessário criar mecanismos para fixar determinados passados. Como afirma o autor:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações. são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos- os lugares de memória (Nora, 1993, p. 12-13).

Assim, quando instituições produzem registros, organizam arquivos ou preservam acervos, elas não apenas conservam informações, mas também selecionam e estabilizam certas versões do passado, tornando-se espaços privilegiados onde a memória é materializada e transmitida ao longo do tempo.

Salcedo e Lima (2018) acrescentam que a memória institucional é formada a partir de diversas memórias, incluindo a memória social, que surge das ações e representações coletivas de um grupo ou sociedade. Seu objetivo é rememorar a história de uma instituição a partir de seu passado. Assim, a memória institucional desempenha um papel fundamental não apenas na preservação do passado, mas também na construção do futuro. Ao identificar elementos da cultura e da identidade institucional, ela contribui para a compreensão dos eventos que moldaram determinada trajetória histórica.

Nesse contexto, torna-se essencial que as instituições, especialmente aquelas ligadas à informação e ao conhecimento, como as bibliotecas, promovam a preservação de seus acervos históricos. Garantir a organização e disseminação desses materiais é uma forma de fortalecer a transparência, manter viva a memória social e assegurar que episódios marcantes, como os ocorridos durante a ditadura militar, não sejam esquecidos ou apagados.

5 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, a metodologia foi delineada com o objetivo de investigar o impacto da ditadura militar brasileira (1964–1985) nas bibliotecas, com ênfase nas práticas de censura e na preservação da memória. A pesquisa possui caráter bibliográfico, ou seja, foi realizada a partir da análise de artigos acadêmicos

relevantes ao tema. Segundo Gerhardt e Silveira (2018, p. 26), a pesquisa bibliográfica “[...] fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras [...], classificadas em bibliotecas”.

Inicialmente, adotou-se uma abordagem exploratória para obter uma compreensão preliminar dos desafios enfrentados pelas bibliotecas durante o regime militar. Segundo Gil (2002, p. 41), as pesquisas exploratórias tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.”. Essa fase envolveu a coleta inicial de informações sobre as políticas de censura e as estratégias de resistência adotadas por bibliotecas e bibliotecários, a partir dos artigos selecionados na pesquisa bibliográfica. Além disso, foi realizada uma leitura exploratória para identificar as principais áreas de interesse da pesquisa, incluindo os mecanismos de censura aplicados às bibliotecas universitárias durante a ditadura militar, as estratégias adotadas pelos bibliotecários para enfrentar a repressão, a relação entre censura e memória coletiva, e o papel das bibliotecas como espaços de resistência e acesso à informação. Com base nessa análise preliminar, foram selecionados os artigos de Rodrigues (2020, 2016), Lima (2016) e Chaffe (2009), que constituíram o corpus principal do estudo e embasaram a análise comparativa dos resultados.

Também foram analisados livros, artigos, teses e dissertações que abordaram a temática da pesquisa. Para isso, utilizaram-se diversos sites e repositórios acadêmicos, entre eles: Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Lume Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Repositório ATTENA - Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (Attena), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Repositório Institucional do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF) e a Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente (BDM), utilizando palavras-chave como Censura AND Bibliotecas, Regime Militar AND Bibliotecas, Memória AND Biblioteconomia, entre outras, aplicando o filtro de idioma em português.

Como o objetivo da investigação era compreender como bibliotecas e bibliotecários

vivenciaram e responderam às formas de censura durante a ditadura militar, não foi estabelecido um recorte temporal prévio para a busca. Assim, qualquer trabalho, independentemente do ano de publicação, pôde entrar na etapa inicial de triagem, motivo pelo qual surgiram textos de períodos distintos.

Após a fase exploratória, a pesquisa adotou uma abordagem descritiva, a qual, de acordo com Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Nessa etapa, o objetivo foi detalhar e caracterizar os fenômenos observados durante o regime militar, com base na pesquisa bibliográfica supracitada anteriormente.

A análise qualitativa foi uma parte essencial da metodologia, permitindo uma interpretação rica e contextualizada dos dados coletados. Conforme destacado por Gerhardt e Silveira (2009, p. 33), a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” Nesta etapa, com base na pesquisa bibliográfica e nos artigos selecionados de Rodrigues (2020, 2016), Lima (2016) e Chaffe (2009), buscou-se compreender os significados e as implicações das práticas de censura nas bibliotecas, considerando tanto as narrativas dos bibliotecários quanto os contextos específicos em que estavam inseridos.

Com base nos processos apresentados para a construção do artigo, o Quadro 1 apresenta os quatro artigos selecionados para a análise dos resultados. Esses estudos foram escolhidos por abordarem a censura em bibliotecas universitárias públicas durante o período da ditadura militar, com destaque para as bibliotecas das regiões Sul e Sudeste, que constituem o foco central desta pesquisa.

Quadro 1 – Artigos com a temática censura em bibliotecas universitárias

Autor (a)	Título do artigo	Ano de publicação
Carolina Carvalho Rodrigues	O impacto da Censura da Ditadura Civil-Militar (1964-85) em bibliotecas universitárias: os acervos de instituições públicas situadas no estado do Rio de Janeiro	2020
Carolina Carvalho Rodrigues	A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a Ditadura Civil-Militar	2016
Kelly Pereira de Lima	Onde estão os livros censurados?: ainda os efeitos de 64 nas coleções de bibliotecas	2016

Bruna Abatti Chaffe	A ditadura no Brasil e o controle da informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS	2009
---------------------	--	------

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Desse modo, o universo desta pesquisa abrangeu as instituições públicas mencionadas nos artigos supracitados, localizadas nas regiões Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) do Brasil, impactadas pelas políticas de censura durante o regime militar. Os sujeitos deste trabalho foram as bibliotecas dessas instituições, explicitadas nos artigos supracitados anteriormente. Assim, o foco foi direcionado especificamente às instituições públicas situadas em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, que constituíram o principal objeto da análise. A escolha dessas universidades públicas se justificou tanto por sua localização em regiões historicamente afetadas pelas políticas repressivas do regime militar brasileiro quanto por sua relevância no cenário acadêmico nacional.

Embora a maioria dos estudos sobre censura e repressão em bibliotecas se concentre nas universidades do Sudeste, as instituições localizadas no Sul do Brasil oferecem um contexto igualmente relevante, embora menos explorado. Ao incluir universidades da Região Sul, este estudo buscou preencher essa lacuna e fornecer uma nova perspectiva ao campo da Biblioteconomia, especialmente no que se refere ao impacto da censura em diferentes contextos regionais.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo buscou investigar e evidenciar como a censura durante a ditadura militar (1964-1985) impactou as bibliotecas universitárias públicas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos artigos de Rodrigues (2020, 2016), Lima (2016) e Chaffe (2009) que tratam em síntese da ditadura militar, da censura e de seu impacto nas práticas bibliotecárias, especialmente na seleção, exclusão e preservação de materiais censurados. A análise revelou que, além de restringir o acesso à informação, as políticas autoritárias impostas pela ditadura militar, moldaram a memória coletiva ao suprimir discursos contrários ao regime, destacando as bibliotecas como alvos estratégicos na repressão intelectual.

Como afirma Candau (2005), a memória acompanha a vida humana de forma contínua, sendo essencial para a compreensão do passado. Nesse contexto, as

bibliotecas desempenham um papel fundamental como instituições que guardam e preservam a memória coletiva, permitindo que a história e os eventos passados sejam acessados e compreendidos pelas gerações futuras. No entanto, durante o período da ditadura militar, a censura buscou remover ou suprimir parte desse conhecimento, apagando informações essenciais e alterando o entendimento da sociedade sobre sua própria história.

Ao comparar as bibliotecas universitárias das regiões Sul e Sudeste, identificaram-se variações regionais e institucionais na implementação das políticas de censura. No Sul, há relatos mais pontuais sobre as restrições enfrentadas pelas bibliotecas universitárias, como na UFRGS, onde livros encadernados em vermelho foram retirados por receio de associações com o comunismo (Chaffe, 2009), enquanto a UFSC enfrentou barreiras à circulação de doações provenientes de países da Cortina de Ferro (Rodrigues, 2016).

Já no Sudeste, há um maior volume de registros e relatos sobre práticas censórias. Na USP, por exemplo, ocorreram episódios de lacração de bibliotecas, invasões policiais e destruição de acervos (Rodrigues, 2016), enquanto na UERJ e na UFF foram identificados acervos com livros censurados tanto por razões políticas quanto morais, como obras de Fernando Henrique Cardoso e Rubem Fonseca (Rodrigues, 2020). Essa diferença não necessariamente indica uma censura mais severa no Sudeste, mas uma maior concentração de estudos e documentação sobre as ações repressivas nessa região.

Além disso, a análise dos dados permitiu a reflexão sobre o papel das bibliotecas e dos bibliotecários na preservação da memória em contextos autoritários, como guardiãs do conhecimento, as bibliotecas universitárias enfrentaram o dilema de atender às exigências do regime enquanto buscavam de alguma forma, mesmo que quase imperceptível, preservar o acervo para sua comunidade.

Segundo Halbwachs (1990), as pessoas não apenas lembram de forma isolada, mas suas lembranças são influenciadas pelo grupo social ao qual pertencem. Assim, quanto mais forte for o grupo, mais sólida será a memória coletiva, já que as interações e experiências compartilhadas que determinam o que será lembrado. Além disso, Halbwachs (1990, p. 51) argumenta que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, o que reforça a natureza dinâmica e social desse conceito.

Chaffe (2009) realizou entrevista com duas bibliotecárias, a Jussara Pereira Santos e Evangelina de Azevedo Veiga. Seus relatos dizem respeito à biblioteca universitária da UFRGS durante o regime militar e trazem perspectivas distintas sobre os impactos da censura e as práticas adotadas nesse contexto. Ambas foram questionadas sobre as mudanças na universidade e nas bibliotecas após o golpe de 1964. Jussara percebeu poucas alterações, destacando que as rotinas permaneceram as mesmas, mas reconhecendo que o ambiente se tornou menos livre e mais vigilante. Evangelina, por outro lado, apontou mudanças significativas, como delações e denúncias contra professores, que resultaram em cassações e aposentadorias compulsórias. Ela destacou o controle militar sobre a universidade, evidenciando como a instituição passou a servir aos interesses do regime (Chaffe, 2009).

Ambas foram questionadas sobre possíveis interferências no exercício profissional. Jussara afirmou não ter recebido orientações ou restrições, enquanto Evangelina mencionou imposições indiretas, como acordos educacionais com os Estados Unidos que limitaram a autonomia universitária. Um exemplo claro do controle ideológico foi a linguagem usada nos catálogos: termos como “golpe” foram evitados, sendo substituídos por “revolução de 64”. Jussara seguiu essa norma, Evangelina, ao contrário, adotava cabeçalhos críticos, resistindo às diretrizes do regime (Chaffe, 2009).

Sobre cerceamentos no trabalho de bibliotecária, ambas negaram a existência de restrições diretas. Contudo, Evangelina ressaltou a impossibilidade de adquirir obras censuradas pelos militares, indicando que a censura afetava diretamente o desenvolvimento dos acervos (Chaffe, 2009). Questionadas sobre estratégias de resistência, Jussara declarou não ter adotado nenhuma, Evangelina, por sua vez, destacou que estratégias individuais não surtiriam efeito, mas ela utilizava seu espaço como professora para criticar o comportamento abusivo dos militares (Chaffe, 2009).

Em relação à existência de listas de livros proibidos, Jussara mencionou o caso de livros encadernados em vermelho na Faculdade de Arquitetura, recolhidos por receio de associações com o comunismo. Evangelina abordou a questão de forma mais geral, mencionando o desaparecimento de obras de autores de esquerda (Chaffe, 2009). Sobre esse tema, Angelina afirmou “Não respondo com certeza absoluta, mas os nomes de escritores da esquerda apareciam como ‘pessoas não-gratas’ e realmente desapareciam de circulação. A lista oficial talvez tenha sido

veiculada no AI-5" (Trecho da entrevista de Evangelina por Chaffe, 2009, p. 56).

Outro ponto abordado foi a presença de censores na universidade. Jussara afirmou haver um coronel no gabinete do reitor, que atuava como informante, e suspeitava que alguns funcionários ou usuários fossem cooptados para relatar atividades consideradas subversivas. Evangelina também confirmou a presença de agentes infiltrados, mas destacou que, no início, não eram identificáveis, sendo reconhecidos apenas com o tempo (Chaffe, 2009).

Esses relatos evidenciam as diferenças de percepção e atuação entre as entrevistadas. Enquanto Jussara adota uma postura mais conformista e distante, Evangelina apresenta uma visão mais crítica e proativa, denunciando as limitações impostas pelo regime. Essa divergência ressalta como o contexto pessoal e profissional de cada bibliotecária influenciou sua experiência do período, revelando a complexidade do papel das bibliotecas e de seus profissionais durante o regime militar (Chaffe, 2009).

De acordo com Rodrigues (2016), embora os bibliotecários mantivessem uma postura pública de neutralidade para garantir sua segurança e a consolidação da profissão, muitos adotaram estratégias discretas para proteger livros censurados. Em vez de simplesmente descartá-los, buscaram formas de resguardá-los, garantindo sua preservação e permitindo que esses registros históricos chegassem às gerações futuras.

Segundo Halleswell (1985, *apud* Lima, 2016), Flávio Suplicy de Lacerda, ex-reitor da UFPR e ministro da Educação durante o governo Castelo Branco, desempenhou um papel central nas ações de censura voltadas a obras consideradas subversivas ou imorais. Entre os casos relatados, destacam-se páginas arrancadas de livros de autores consagrados, como Émile Zola, Sartre e Pérez Galdós, cujas páginas foram arrancadas por ordem das autoridades. Revistas como *Anhembi* também foram banidas, reforçando o controle sobre a disseminação de conteúdos literários e acadêmicos.

A censura atingiu ainda importantes autores brasileiros, como Graciliano Ramos e Jorge Amado, cujas obras foram proibidas de circular. Um episódio emblemático foi a confusão entre o livro "A Capital", de Eça de Queirós, e "O Capital", de Karl Marx, que resultou na retirada de ambos os títulos do acervo, evidenciando a falta de compreensão dos censores sobre o teor das obras. Esses casos exemplificam a

arbitrariedade e o rigor das práticas repressivas que marcaram o período (Lima, 2016).

Azevedo (2003, *apud* Rodrigues, 2016), relata que Mitsy Taylor, diretora da Biblioteca Central da UFSC entre 1972 e 1973, enfrentou um episódio emblemático das restrições impostas pelo regime militar. Um professor solicitou a doação de livros provenientes da Hungria, país então pertencente à Cortina de Ferro³, mas a correspondência foi bloqueada devido às proibições estabelecidas pelo governo. Ainda segundo Azevedo (2003, *apud* Rodrigues, 2016), ao apresentar o relato de Alba Costa Maciel, bibliotecária da USP durante a ditadura, confirma a lacração de uma biblioteca universitária e o encaixotamento de livros, um reflexo claro do controle rigoroso sobre o acervo.

Outros relatos reforçam a brutalidade das intervenções na USP. Leitão (2011, *apud* Rodrigues, 2016) descreve invasões policiais em bibliotecas como a da Faculdade de Filosofia de Rio Preto e a Biblioteca Professor Mário Schemberg, resultando na destruição de acervos e danos às instalações físicas. Obras de autores como Sartre, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Eça de Queirós foram retiradas dos acervos, assim como a revista *Anhembi*, de São Paulo, também por ordens de Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da UFPR. Esse padrão de censura na USP assemelha-se ao que aconteceu na UFPR, onde livros e periódicos considerados subversivos foram banidos ou retirados dos acervos Halleswell (2005, *apud* Rodrigues, 2016).

Rodrigues (2020) realizou seu estudo analisando os acervos de três instituições no estado do Rio de Janeiro: a Biblioteca Central do Gragoatá (BCG), da Universidade Federal Fluminense (UFF), e as bibliotecas A e B, do Centro de Ciências Sociais (CCS/A) e do Centro de Educação e Humanidades (CEH/B), ambas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A investigação teve como base uma lista consolidada de 535 títulos censurados pelo regime, compilada a partir de levantamentos anteriores e documentos oficiais.

3. A expressão "Cortina de Ferro" foi popularizada pelo discurso de Winston Churchill em 1946, no contexto do início da Guerra Fria, para simbolizar a divisão geopolítica e ideológica entre o bloco socialista liderado pela União Soviética e o ocidente capitalista. A metáfora designava uma linha imaginária que separava os países da Europa Oriental, sob influência soviética, das democracias liberais do Ocidente. Essa representação consolidou-se como um esquema simbólico para descrever o antagonismo entre os dois blocos, muitas vezes enfatizando estereótipos de regimes totalitários e limitados em liberdades individuais. O conceito também foi alvo de críticas, ao ser visto como uma simplificação que reforçava imagens caricaturais da União Soviética, ignorando a complexidade das realidades sociais e culturais da época (Gueller Junior, 2024)

Na BCG/UFF, foram encontrados 39 títulos censurados, totalizando 125 exemplares. A censura foi predominantemente política, abrangendo 88,80% das obras, enquanto a censura moral representou apenas 11,20%. Fico (2002) estabelece uma distinção entre essas duas dimensões da censura: a censura política, que se refere a conteúdos de caráter ideológico ou crítico ao governo e é mais comum na imprensa; e a censura moral, voltada a temas de comportamento, costumes e sexualidade, predominando nas diversões públicas. Como sintetiza o autor, “prevalecia no caso da imprensa a censura de temas políticos, tanto quanto os temas mais censurados no caso das diversões públicas eram de natureza comportamental ou moral” (Fico, 2002, p. 258).

Grande parte dos livros foi adquirida entre 1970 e 1985, um período de distensão política do regime militar, e os principais meios de aquisição foram por doações (38 exemplares) ou compras (28 exemplares). Contudo, 59 exemplares não apresentavam marcas de proveniência, o que levantou hipóteses sobre práticas informais, como doações anônimas, possivelmente para evitar rastreamento e represálias (Rodrigues, 2020).

Na Biblioteca A, do CCS/A da UERJ, predominavam livros censurados por motivos políticos, refletindo a natureza crítica e investigativa das ciências sociais. Obras de autores como Fernando Henrique Cardoso (“Autoritarismo e Democratização”) e Frantz Fanon (“Os Condenados da Terra”) foram identificadas, assim como outros títulos relacionados a movimentos comunistas e ideologias de esquerda. Já na Biblioteca B, do CEH/B da UERJ, a censura teve um foco maior em temas moralmente inadequados para a época. Livros como “Feliz Ano Novo” (Rubem Fonseca) e “Relatório Hite” (Shere Hite), que abordavam questões de sexualidade feminina, são alguns exemplos (Rodrigues, 2020).

Esse foco na censura moral evidencia o esforço do regime em não apenas controlar ideologias políticas, mas também regular comportamentos sociais e culturais. Essa unidade destaca como as bibliotecas, mesmo no âmbito educacional, foram impactadas por tentativas de silenciar discussões consideradas subversivas para os valores tradicionais da época.

Segundo Lima (2016), a bibliotecária Cléa Marques, primeira profissional a atuar na Biblioteca da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, relatou no documentário comemorativo dos 100 anos da instituição que, durante a ditadura, a presença de policiais no campus e na biblioteca era comum. O diretor da Faculdade, Franchine

Netto, questionava o livre acesso dos estudantes ao espaço, e Cléa sugeriu que ele formalizasse a restrição por escrito, encaminhando ao reitor Pedro Calmon. Em 1968, quando um policial tentou invadir o campus para prender alunos, o reitor reagiu com a célebre frase: “Na universidade, policial só entra mediante vestibular” (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005 *apud* Lima, 2016).

No Arquivo da Faculdade Nacional de Direito, constam dois ofícios confidenciais do período ditatorial que se referem à censura de livros. Um deles requisitava o envio de nove obras, pertencentes à biblioteca, para análise pela Assessoria Regional de Segurança e Informação do MEC. O outro ordenava a proibição e a apreensão de cinco livros, além de determinar que eles não fossem colocados à venda no interior da universidade (Lima, 2016).

Esses episódios demonstram que, apesar das práticas repressivas impostas pelo regime militar, as bibliotecas universitárias não foram apenas alvos passivos da censura, mas também atuaram como espaços de resistência. Mesmo diante de restrições severas, buscaram formas, muitas vezes sutis e veladas de preservar registros garantindo o acesso à informação. A análise evidencia, portanto, não apenas os impactos diretos da censura, mas também a resiliência dessas instituições na defesa da informação e da memória.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo investigar, com base na literatura, como essas instituições enfrentaram as restrições autoritárias e de que forma suas ações influenciaram a memória coletiva, com ênfase nas restrições impostas ao acesso à informação e nas estratégias adotadas para a preservação da memória. Os resultados evidenciam que a censura afetou diretamente o acesso à informação e a preservação da memória nas bibliotecas universitárias. Além disso, a pesquisa demonstrou que, mesmo sob restrições severas, bibliotecários desempenharam um papel essencial na preservação do conhecimento e na resistência ao apagamento da história.

A análise dos quatro artigos selecionados foi fundamental para alcançar os objetivos da pesquisa, uma vez que cada estudo contribuiu com perspectivas complementares sobre os impactos da censura nas bibliotecas universitárias. O trabalho de Chaffe (2009), por exemplo destacou as estratégias de resistência adotadas por bibliotecários na UFRGS, Rodrigues (2016) investigou o impacto direto

da censura no trabalho cotidiano dos bibliotecários, Rodrigues (2020), por sua vez, concentrou-se no desenvolvimento das coleções, analisando os efeitos da censura nos processos de seleção e desbastamento de acervos em bibliotecas universitárias do Rio de Janeiro. Por fim, Lima (2016) examinou a pluralidade discursiva e a censura de livros de cunho político, oferecendo um panorama das práticas de controle e expurgo realizadas durante o regime militar.

A censura nas bibliotecas universitárias não foi apenas uma ação sistemática de exclusão de livros e ideias; foi também um reflexo das tensões vividas pela classe bibliotecária. Muitos profissionais, temendo represálias, optaram pelo silêncio ou pela neutralidade, mesmo quando discordavam das imposições autoritárias, tendo que atuar de forma contrária ao que preconiza sua missão fundamentada em priorizar a dignidade da pessoa humana.

Por fim, este trabalho reitera a relevância de continuar estudando e debatendo a censura nas bibliotecas universitárias, não apenas para preencher as lacunas históricas, mas também para compreender os impactos duradouros desse período na construção da memória. É fundamental que as bibliotecas atuais reconheçam seu papel como defensoras da liberdade intelectual e da memória coletiva, promovendo ações que garantam a diversidade de ideias e o acesso democrático ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra no Iraque. São Paulo: Ediouro, 2006.

BILHAR, A. C. **O passado é uma “roupa que não nos serve mais”**: as percepções de bibliotecários e agentes que atuaram em bibliotecas públicas no período da ditadura militar. 2020. 30 f. TCC (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218642>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CANDAU, J. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. 239 p.

CASTRO, C. A. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O nome da Rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, p. 1-20, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu>.

unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2026. Acesso em: 12 abr. 2025.

CHAFFE, B. A. **A ditadura militar no Brasil e o controle da informação**: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS. 2009. 62 f. TCC (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22708>. Acesso em: 10 abr. 2025.

COSTA, I. T. M. **Memória Institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>. Acesso em: 10 abr. 2025.

COSTA, M. **A história do Brasil para quem tem pressa**. Rio de Janeiro: Valentina, 2016. 200 p.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018. 408 p.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 67-90 p.

FICO, C. Prezada Censura: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, 2002, pp. 251-286. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/HK5PxXm9dSBk9NKvt7P9kJq/?lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GUELLER JUNIOR, L. Romper com a cortina de ferro: história e estereótipos da guerra fria. In: X ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS (EPHIS) DA PUCRS, 2024. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre, RS: ediPUCRS, 2024. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/ephis/assets/edicoes/2023/arquivos/25.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

LEITÃO, B. J. M. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na era Vargas e regime militar: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. 283 p.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5.ed. Campinas: UNICAMP Editora, 2003.

LIMA, K. P. **Onde estão os livros censurados?:** ainda os efeitos de 64 nas coleções de bibliotecas. 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10857>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MATOS, D. S. **Direito na ditadura:** o uso das leis e do direito durante a ditadura militar. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2021. 112 p.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **Datagramazero**, Porto Alegre, v. 9, n. 6, p. 1-16, dez. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/6382>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MURGUIA, E. I. (org.). **Memória:** um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010. 136 p.

NASCIMENTO, E. C. **Repressão e censura nas bibliotecas universitárias brasileiras:** efeitos do index da ditadura militar nos acervos do atual sibiufs. 2018. 85 f. TCC (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) -Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/9695>. Acesso em: 14 abr. 2025.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: https://resistir.info/livros/pequena_historia_da_ditadura_brasileira.pdf. Acesso em: 03 dez. 2025.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, 1993.

PIMENTA, R. M.; SILVA, L. K. R.; RANGEL, T. R. (org.). **Informação e memória:** perspectivas em movimento. Rio de Janeiro: Ibict, 2021. 298 p. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1244>. Acesso em: 12 abr. 2025.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 12 abr. 2025

QUINALHA, R. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista Direito e Praxis**, v. 11, n. 3, p. 1727-1755, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/zd8s7mKbBzNHXrsHrhkm6DP/?lang=pt>. Acesso em: 3 dez. 2025.

RIBEIRO, A. C.; GOMES, P.; FROTA, M. G. C. O atravessar da memória da ditadura militar e a representação em catálogos das bibliotecas universitárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais eletrônicos [...]**. Aracaju: Enancib, 2023. p. 1-16. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/257854>. Acesso em: 14 abr. 2025.

RODRIGUES, C. C. **A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a Ditadura Civil-Militar**. 2016. 99 f. TCC (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2752>. Acesso em: 14 abr. 2025.

RODRIGUES, C. C. **O impacto da Censura da Ditadura Civil-Militar (1964-85) em bibliotecas universitárias**: os acervos de instituições públicas situadas no estado do Rio de Janeiro. 2020. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15565>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SALCEDO, D.; LIMA, I. P. O papel do bibliotecário na prática de preservação da memória institucional: o caso do espaço memória da justiça federal em Pernambuco. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 314-331, 2018. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/718>. Acesso em: 12 abr. 2025.

VERGUEIRO, W. C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. *Ciência da informação*, Brasília, v. 16, n. 1, 1987. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266>. Acesso em: 14 abr. 2025.